

Precárias condições do ensino público

5 ABR 1991
GAZETA MERCANTIL

por Maria Hirschman
de São Paulo

Mais de mil delegados representando 82 mil filiados da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e os 20 mil associados da Associação dos Funcionários e Servidores da Educação (Afise) vão elaborar hoje um documento que servirá de base para os pleitos das categorias junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Essas diretrizes também nortearão as ações dos sindicatos na negociação da política educacional nacional.

Ontem à tarde os membros do V Congresso de Educação do Estado de São Paulo que discutem o tema "Concepção de escola: a escola que queremos" foram divididos em seis grupos e avaliaram questões centrais, como o curso noturno e a municipalização

do ensino. O prisma do debate foi a preocupação com a qualidade e as condições do ensino público. Os professores e funcionários procuraram realizar sugestões para solucionar ou melhorar as carências físicas e materiais existentes e a falta de preparo e treinamento encontrada pelos professores para levar a cabo eficazmente suas tarefas de formadores educacionais.

O curso noturno, que vem suscitando polêmica há algum tempo, foi questionado levando em consideração as suas particularidades. A carga horária é normalmente só de três horas diárias, e o aluno e o professor já estão fatigados pelos trabalhos diários. Além disso o público do curso noturno teve, na maioria das vezes, uma formação pior que o do curso diurno. Como tentativa de diminuir essa defasagem de qualidade entre o

curso noturno e diurno os participantes reafirmaram enfaticamente a necessidade de permitir ao aluno trabalhador sair mais cedo do trabalho, no mínimo duas horas, sem que ele seja prejudicado por isso. Surgiram também propostas de reformulação curricular, como a integração de áreas de ensino ou ainda a implementação de currículos em blocos. A cada ano seria oferecido um curso específico no nível colegial. Estes cursos seriam língua portuguesa, matemática e ciências naturais, respectivamente.

Os professores e funcionários, apesar de reivindicarem fortemente a descentralização do ensino público, mostram-se contrários à sua municipalização destinada à transferência da responsabilidade da gestão das escolas estaduais aos municípios. O Estado de São Paulo, durante a gestão do ex-governador

Orestes Quêrcia, realizou uma série de convênios desse tipo que foram avaliados pela maioria dos presentes no grupo de discussão como insatisfatórios.

Um dos pontos de crítica foi entretanto operacional e não de concepção, como o fato de o estado atrasar o repasse de verbas aos municípios para a manutenção destas escolas.

A democratização da escola não passa necessariamente por uma concessão do estado para os municípios. Depende da participação efetiva de toda a comunidade envolvida na escola, ou seja, através da ampliação das experiências de conselhos decisórios com a participação dos professores, funcionários, alunos e seus pais na gestão da instituição, explicou a diretora para assuntos educacionais e culturais da APEOESP, Eneide Moreira Lima.